

Analogias & Alusões: a lepra no jornal *Pão de Santo Antônio* (Diamantina, 1930-1934)

Keila Auxiliadora Carvalho¹

Ramon Felipe Souza²

Resumo:

O artigo analisa discursos sobre a lepra na imprensa da cidade de Diamantina, Minas Gerais, especificamente no jornal diamantinense *Pão de Santo Antônio*, entre os anos de 1930 e 1934, período em que estava sendo estruturada a política de isolamento compulsório dos acometidos pela doença. A intenção é mostrar que, antes de ser elevada à condição de “flagelo nacional” e se tornar alvo de políticas públicas de saúde, a assistência aos doentes ficou a cargo de instituições privadas confessionais ou laicas, destacadamente das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra. Criada inicialmente em São Paulo, a instituição se expandiu por vários estados do Brasil, inclusive para Minas Gerais, em 1931. Por meio de revisão bibliográfica e da análise de edições do *Pão de Santo Antônio*, discutimos como a imprensa foi um veículo importante no processo de legitimar as políticas de controle da lepra, de modo especial o isolamento compulsório, já que por ela circularam representações que atribuíram um significado à doença repleto de conotações pejorativas, contribuindo para sua difusão e incorporação ao imaginário social.

Palavras-Chave: imprensa, lepra, significado, política, isolamento, Minas Gerais

19

Abstract:

The present article aims to follow the discourses on leprosy in the press of the city of Diamantina, Minas Gerais, specifically in the Catholic newspaper *Pão de Santo Antônio*, between the years 1930 and 1934, a period when the policy of compulsory isolation of those affected by the disease was being structured. The intention is to show that, before being elevated to the condition of “national scourge” and becoming the target of public health policies, the assistance to the sick was the responsibility of private confessional or lay institutions, especially the Societies for the Assistance to the Lazarusians and Defense against Leprosy. Initially created in São Paulo, the institution expanded to several states in Brazil, including Minas Gerais in 1931. We argue that the press was an important vehicle in the process of legitimizing leprosy control policies, especially compulsory isolation, since it circulated representations that attributed a meaning to the disease full of pejorative connotations, contributing to its diffusion and incorporation into the social imaginary.

Keywords: press, leprosy, meaning, politics, isolation, Minas Gerais

¹ Professora Adjunta de História do Brasil Republicano da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto - PPGHIS/UFOP. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail: keilaacarvalho@gmail.com

² Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Doutorando em História pela mesma instituição. Graduado em Humanidades e História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. E-mail: ramon.felipe@live.com

Introdução

As doenças são fenômenos históricos cuja compreensão ultrapassa seus aspectos etiológicos determinados biologicamente. Nelas estão envolvidas metáforas, como observa Sontag (1984), além de uma gama de significados que são variáveis a depender do contexto. Assim, pensar a doença historicamente é um exercício complexo que implica reflexões teóricas e pesquisas empíricas. Rosenberg (1992), presta grande contribuição ao campo de história das doenças quando propõe o conceito *framing*, que traduzido para a língua portuguesa seria enquadramento/moldura. Mas, o *framing*, na proposta do historiador, seria a noção de que a doença é emoldurada por certos esquemas interpretativos e classificatórios, condizentes com contextos histórico-sociais específicos. Muito além de um simples enquadramento, as dimensões assumidas por uma doença são construídas e reconstruídas a partir de fatores biológicos, mas, também, sociais, políticos, culturais e sociais. É, portanto, com base nessas perspectivas teóricas que abordaremos a lepra nesse artigo, procurando evidenciar aspectos da construção social dessa doença.

Do ponto de vista metodológico, procedemos a uma busca de termos como: lepra, leproso e lázaro em jornais da cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Selecionamos a década de 1930 para o recorte temporal, já que se trata do período de estruturação do sistema profilático da doença no estado (Carvalho, 2016). O argumento da pesquisa é de que a imprensa é importante canal de difusão do significado que se atribui a uma doença em determinado contexto. É preciso destacar que, ao utilizarmos significado/sentido da doença, não estaremos substituindo o conceito de *framing*, mas sim, nos referindo à dimensão mais específica da enfermidade. Desse modo, quando tratamos de significado/sentido consideramos que sua elaboração se dá por meio do *framing*, já que como explicou Rosenberg (1992), ao mesmo tempo em que é emoldurada, a doença também produz ações que a tornam um *frame*, isto é, uma moldura para diversas situações da vida social. Essa ideia de um movimento em dupla direção ganhou muito sentido nas análises que empreendemos para este artigo, pois, como o leitor observará adiante, a palavra lepra (carregada de seu significado enquanto doença) serviu para fazer analogias e alusões à aspectos sociais e políticos que se pretendia depreciar ou estigmatizar.

20

O controle da doença

Embora a lepra fosse uma enfermidade de grande incidência em várias regiões, até as primeiras décadas do século XX, o enfrentamento à endemia se manteve como responsabilidade da iniciativa privada, através de instituições católicas e laicas. As primeiras políticas que visavam seu controle somente tiveram início, de forma bastante modesta, na década de 1920, concomitantemente ao processo de organização de uma agenda sanitária nos quadros do poder público. Marco importante, nesse sentido, foi a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)³, que institucionalizou no interior

³ Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro, do Presidente Epitácio Pessoa.

do aparelho do Estado demandas referentes às condições sanitárias do país. Além disso, o governo brasileiro firmou um importante convênio com a Fundação Rockefeller⁴ para promoção da profilaxia rural. Em relação à lepra, objeto deste artigo, nos quadros do DNSP fora organizada a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas,⁵ departamento responsável por elaborar estratégias de controle e combate às doenças infectocontagiosas. Dentre as estratégias da inspetoria esteve a instituição da obrigatoriedade de notificação da lepra, o exame periódico nos comunicantes e o isolamento do doente. Embora o isolamento estivesse previsto na legislação brasileira desde os primeiros anos do século XX,⁶ foi no contexto de institucionalização das demandas de saúde que a disposição acerca do isolamento ganhou reforço. Pelo Decreto Federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, definiu-se que os doentes de lepra deveriam ser isolados, preferencialmente, em colônias definidas nesta norma como estabelecimentos nosocomiais, ou seja, ambientes hospitalares. Não obstante, afim de ser cumprida a imposição legal, tornou-se necessário ampliar o número desses estabelecimentos.

Assim, entre os anos de 1930 e 1941, já haviam sido realizados censos revelando que a lepra era endêmica no país e, para os sanitaristas, tratava-se de um verdadeiro *flagelo nacional* (ORSINI, 1935). A premissa isolacionista ganhou vigor e, com ela, houve mobilização em torno da obtenção de investimentos para construção de instituições para esse fim, o protagonismo inicial foi do setor privado, através das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, que iniciaram suas atividades em São Paulo a partir de 1926 e, posteriormente, nos demais estados brasileiros. Até que, em 1932, as sociedades se aglutinaram em torno da “Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”⁷. Nesse artigo, iremos analisar justamente o período em que o protagonismo em torno da assistência aos doentes e seus filhos, esteve sob a coordenação do setor privado, destacamento, pela Associação Mineira de Assistência aos Lázaros.

Em relação ao envolvimento do poder público com o controle da doença, pode-se afirmar que ocorreu de forma gradativa a partir de 1930, no bojo do processo de burocratização do Estado, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Em Minas Gerais, especificamente, em outubro de 1937, foi sancionada a Lei nº209 que instituiu o Serviço de Defesa Contra a Lepra, órgão destinado a orientar e dirigir a campanha de combate à enfermidade. O serviço era formado de dois departamentos subordinados à saúde pública: o Centro de Estudos e o Serviço de Profilaxia, ambos com atribuições distintas que lhes foram

4 A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, nos Estados Unidos pelo magnata do petróleo John Davison Rockefeller. A Fundação chegou ao Brasil em 1916, e em 1923, estabeleceu um convênio com o governo brasileiro, para cooperação médico-sanitária e programas de erradicação de endemias, notadamente a febre amarela e depois a malária. Sobre a fundação. Cf.: PALMER, 2015.

5 Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920, do Presidente Epitácio Pessoa.

6 Decretos nº 5.156 de 1904 e decreto nº10.821 de 1914 do Regulamento Sanitário Federal, previam o isolamento de leprosos em colônias construídas especificamente para esse fim.

7 Alice Tibiriçá foi reconhecida como grande benemerita da “causa dos leprosos”, pois, em 1926 criou em São Paulo, a “Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, que promovia campanhas para arrecadar dinheiro para a causa. A referida sociedade serviu de modelo a muitas outras que se instalaram no país, inclusive em Minas Gerais, criada em 1931. Em 1932, houve um processo de organização das sociedades que passaram a contar com uma espécie de órgão central, qual seja a “Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, uma associação civil destinada a desenvolver intensa campanha contra a lepra em todo território nacional. Em 1937, a “Federação das Sociedades de Assistência e Defesa contra a Lepra” foi considerada de utilidade pública pelo Governo Federal, através do decreto nº 1.473 de 08 de março.

instituídas pela referida lei. Ao Centro de Estudo cabia realizar pesquisas no campo da leprologia e, para preparar profissionais aptos a atuarem no campo, fora criado um curso de lepra, realizado pela universidade de Minas Gerais, em cooperação com o Centro de Estudo de Lepra. O referido curso passou a receber discentes de todas as regiões do país. Já o Serviço de Profilaxia, ficou responsável pelas ações de combate à lepra no estado, constituído de vários órgãos técnicos – dispensários, colônias, hospitais sanatórios e preventórios - que foram sendo instalados de acordo com a demanda de cada região.

A montagem dessa estrutura de combate à lepra careceu de grandes investimentos, nesse sentido, o governo federal precisou assumir a dianteira, auxiliado pelos governos estadual e municipais e, também, pela sociedade civil, através das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Para que esse processo ocorresse foi preciso, antes, mobilizar tanto o poder público quanto a sociedade acerca do problema representado pela lepra, pois, era importante tornar legítima a política de combate à endemia, a fim de respaldar tanto a política de isolamento compulsório dos enfermos, quanto os investimentos no setor. Nesse sentido, a imprensa desempenhou importante papel, já que a representação da lepra nas páginas dos jornais, direta ou indiretamente, esteve carregada de conotações negativas, tanto para a doença em si, quanto para tudo que pudesse ser considerado análogo a ela. Assim, o artigo analisa os discursos sobre a lepra na imprensa da cidade de Diamantina, Minas Gerais, especificamente no jornal de forte influência católica, *Pão de Santo Antônio*, entre os anos de 1930 e 1934. Nesse período estava sendo estruturada a política de isolamento compulsório dos acometidos pela doença. Discutimos como antes de ser elevada à condição de “flagelo nacional” e se tornar alvo de políticas públicas de saúde, a assistência aos doentes de lepra ficou a cargo de instituições privadas confessionais ou laicas, destacadamente das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

22

A lepra na imprensa

O município de Diamantina, no interior do estado de Minas Gerais, contava desde fins do século XIX com uma imprensa local responsável por fazer circular, não apenas notícias, como também valores e ideias, para Goodwin Jr. (2015: 11), nessa região os jornais tornaram-se uma espécie de “tribuna pedagógica para o povo”. Nesse artigo, estamos apresentando alguns elementos que vieram à tona a partir da análise do jornal *Pão de Santo Antônio*, criado em 1906, com o objetivo de manter a associação homônima que abrigava pessoas pobres na cidade de Diamantina.



Fonte: Projeto Memória do Pão de Santo Antônio

O referido jornal sofreu algumas interrupções na circulação e, em 1936, passou a se chamar *Voz de Diamantina*.⁸ Seu editor José Augusto Neves (1875-1955) também foi o fundador da entidade beneficente Pia União Pão de Santo Antônio, recolhimento dos pobres de Diamantina fundado em 1901. Embora o jornal tenha nascido e circulado em seus primeiros números sob a epígrafe de boletim da Pia União, Goodwin Jr. (2007) observa que foi um jornal diversificado e não se limitou aos assuntos de sua instituição mantenedora. Temas sobre as condições sociais, econômicas e políticas da região foram preocupação recorrente.

No início do século XX, por exemplo, é evidente a contribuição do jornal na defesa da construção de um ramal ferroviário na cidade, inaugurado em 1914, sob a responsabilidade da Estrada de Ferro Vitória a Minas. No entanto, como salienta Goodwin Jr. (2007), embora entusiasmado com o progresso, o jornal, orientado por seu editor-chefe, não deixou de marcar sua posição contra o que considerava ‘desvios do mundo moderno’. Os valores morais da sociedade de Diamantina à época, essencialmente católica, não deixaram de refletir em suas páginas. Considerando esses aspectos, é compreensível o léxico presente em algumas de suas edições, apresentando analogias entre elementos percebidos como deturpadores dos valores católicos e a lepra, como na edição de 1º de junho de 1930, onde o comunismo foi relacionado a “lepra que contamina, deforma e mata”. Aliás, são inúmeras as associações depreciativas entre a doença e comportamentos e ações condenáveis pelo jornal, apresentamos algumas delas nesse texto.

Em matéria publicada no referido jornal em 1º de junho de 1930, se estabeleceu uma analogia entre lepra e comunismo. O texto assinado pelo nome “Salus” fazia inúmeras críticas à Rússia e ao regime comunista que, segundo seu autor, seria marcado por perseguições e atrocidades exercidas contra aqueles que se recusavam a manchar a mão de sangue. Ainda de acordo com a matéria os países que sucumbiam ao regime se tornavam “indignos do nome de civilizados, [dada] as violências praticadas contra a Igreja e contra a liberdade de crenças” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 01/06/1930, p.2). A preocupação expressa nas páginas do

8 Segundo Goodwin Jr (2007: 106), “a história desse periódico foi conturbada”. Do 1º ao 8º número a impressão do jornal era realizada em Belo Horizonte, a partir do nº9 – publicado em 13/06/1907 - passou a ser impresso nas oficinas de *A Estrela Polar*. Tendo sido interrompida a publicação em 1913, retornou em 1915, quando a impressão começou a ser feita nas oficinas da cidade Diamantina. Pois, apenas em 1920 que sua própria máquina impressora de segunda mão fora adquirida. *Pão de Santo Antônio* circulou até 1933, quando parou de ser editado. Em 1936, com outro nome devido a desentendimentos com setores da hierarquia católica, o jornal assumiu o nome de *Voz de Diamantina*, e circulou na cidade até o início de 1990. Sobre o jornal *Pão de Santo Antônio*, Cf.: <http://www.museutipografia.com.br/historico/associacao-2/>, consulta realizada em 28/09/2021.

jornal era com a expansão do comunismo entre os trabalhadores, já que a Internacional Comunista estaria preparando uma revolução mundial para 1932, conforme a matéria:

Desgraçadamente, tem imitadores e são copiados por indivíduos sem família e sem Deus, ambiciosos do poder, sedentos de sangue, **párias que a sociedade são repele, como lepra que contamina, deforma e mata**. Os jornais da Capital anunciam que alguns indivíduos, a soldo da Internacional de Moscou, conseguiram, devido à tolerância do nosso governo e da polícia, colocar na representação do Conselho Municipal, dois intendentes legítimos representantes das mazelas russas (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 01/06/1930, p.2. **Grifos nossos**).

Como se pode observar, a um só tempo se critica o comunismo e o governo brasileiro que seria tolerante com os “infiltrados comunistas” nas representações institucionais. E o que nos chama atenção é a comparação estabelecida entre o comunismo e a lepra para expressar o suposto caráter deformador e letal do regime. Do mesmo modo, alude-se ao doente de lepra como pária repellido pela sociedade sã. Assim, há uma clara contribuição na divulgação de uma representação extremamente estigmatizante da doença e daqueles que eram acometidos por ela. Ademais, a matéria se encerra fazendo apologia à expulsão dos comunistas do país, que poderiam ser varridos do país e enviados para ilhas, numa referência ao presídio de Ilha Grande que, após a chegada de Vargas ao poder, se tornou o grande centro para onde eram enviados os presos políticos.

Ainda nessa linha de utilizar o termo lepra para criticar aspectos da vida política, a edição do *Pão de Santo Antônio* publicada em abril de 1931, trazia analogia interessante entre lepra e política, tratava-se de discurso de um político local que recebia na cidade de Diamantina o delegado da Legião de Outubro⁹, Francisco Netto Motta. O tom era de apologia ao movimento revolucionário de 1930 e apoio ao movimento que se formou para dar sustentação ao governo recém-implantado. Nesse sentido, o discurso tece inúmeros comentários depreciativos em relação ao que chama de “República Velha” e seus partidos, destacadamente o Partido Republicano Mineiro (PRM), que na acepção do discursante, se impunha “não com a pureza do voto, que é uma manifestação de consciência política, mas do fabrico despudorado as actas faltas” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 19/04/1931, p.4). Sobre o tom inflamado do discurso reproduzido na matéria é interessante a observação de Viscardi (2012), segundo a qual, nos primeiros anos da República, uma das características da imprensa mineira era a produção de uma forte propaganda de “denúncias, que apontavam para o caos vivido pelo país e para a inoperância dos dirigentes na solução dos problemas mais prementes” (Viscardi, 2012, p. 154). Na matéria em análise, o argumento seria de que a revolução teria implantado uma “Nova República”, cujo objetivo seria romper com as mazelas do período anterior, que fora descrito através de uma analogia ao termo lepra.

Para que sejam profícuos todos os sacrifícios, lágrimas e dór da grande e memorável campanha, que se iniciou com a Aliança Liberal, despertando a consciência nacional, para a deflagração do 3 de Outubro, com seu termino na victoria de 24, é necessário, é imprescindível que desapareça, de vez, a **lepra** da politicalha canalha e vil, que **se alastrou pelo Paiz inteiro, asphyxiando o povo, carcomindo e apodrecendo** o caracter dos homens públicos [...], adstricta como estava essa **lepra** – politica – faciosa, ostensiva e cynicamente, ao estreito horizonte de ventres

⁹ Organização criada em Minas Gerais com o objetivo de oferecer sustentação ao governo de Getúlio Vargas, instaurado após a revolução de 1930, além de combater as bases políticas do Partido Republicano Mineiro.

insaciáveis, verdadeiros toneis de Danaides¹⁰ (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 19/04/1931, p.4. **Grifos nossos**).

Como se observa no trecho citado o discursante se apropria da palavra lepra para caracterizar a política que imperava no país antes da Revolução de 1930 que, segundo ele, havia se alastrado e estaca carcomendo e apodrecendo o caráter dos homens públicos. Assim, além de citar a doença – lepra – em tom pejorativo, acrescentou-se a ela outros termos estigmatizantes. Assim, como no caso da lepra, a política na República Velha representava um mal do qual se deveria afastar, tal como queriam fazer os membros da Legião de Outubro, cujo representante estava sendo acolhido com fervoroso discurso.

As alusões à lepra não eram feitas apenas nas matérias sobre política, mas em seções diversas do jornal. Por exemplo, na edição de 25 de agosto de 1935, na seção “variedades”, a lepra fora utilizada para se referir ao ensino laico.

Reunidos em sessão, os Reitores de Universidades e diretores de estabelecimentos de ensino superior da Inglaterra, acabam de emitir parecer nesses termos: “**A escola sem Deus é a lepra dos tempos modernos**. Si a Inglaterra quer salvar-se do ataque ao seu prestígio que a América e o Japão lhe estão a mover, tem de fazer crentes antes de construir aviões” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 01/06/1930, p.2. **Grifos nossos**).

A matéria é curta, sem qualquer referência à fonte de onde fora extraída, entretanto, importa-nos o fato de mencionar a lepra para criticar a escola laica, sugerindo que ela poderia corromper a sociedade. No período, embora a constituição republicana (1891) tenha abolido oficialmente as relações entre Estado e Igreja, essa última ainda gozava de influência junto a sociedade. E, especialmente, no campo da educação exercia grande pressão, defendendo a permanência do ensino religioso nas instituições.

25

As alusões e analogias feitas à doença são carregadas de um conteúdo negativo e condenatório. O que ainda pôde ser observado na seção intitulada “A última hora” da edição de 25 de fevereiro de 1934, quando fora divulgada nota condenando supostas difamações sofridas por um sacerdote do arcebispado de Diamantina. Não se fez um relato claro sobre quem era o sacerdote ou qual a acusação de que fora alvo, entretanto, o texto trazia uma forte indignação contra aqueles que fizeram repercutir o fato.

O espírito apoucado, ralé, de bufões detractores da dignidade alheia não perde ensejo de atirar à corrente maligna dos meliantes boateiros, o estylête da calúnia e o punhal da difamação!

Quem conhece a ethogénia, não extranha, nem se incomoda com o vírus da malediscencia, **qual lepra que contamina os meios em que não há cultura, temor de Deus e nem caridade** (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 25/02/1934, p.3. **Grifos nossos**).

A nota segue esclarecendo que a polícia havia apurado a inocência do referido sacerdote, acusado de “crime de honra”. A orientação conservadora e católica do periódico justifica o furor transmitido na nota. E mais uma vez a lepra foi usada como metáfora para explicar como seria vil o costume de caluniar as pessoas. Outras associações da lepra à situações e comportamentos considerados impróprios são encontrados nas páginas do *Pão de Santo Antônio*. Para citar algumas, em seu 33^o número, publicado em 20 de maio de 1934, apareceu na seção “Várias”, frase de teor extremamente estigmático associando

¹⁰ A expressão “tonel das Danaides” vem da Mitologia Grega, é usado para expressar um esforço infundável porque não tem fim, um trabalho feito repetidamente sem que nunca apresente um resultado proveitoso.

o jogo à lepra: “Dizem que o jogo é uma lepra, porque bota a perder dinheiro, saúde e alma” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 20/05/1934, p.2). A alusão à alma refere-se a lógica de atrelar a lepra ao pecado que, durante muito tempo contribuiu para legitimar através do cristianismo a exclusão dos leprosos.

Da mesma maneira, na primeira página da edição de 14 de outubro de 1934, apresentou-se matéria condenando os jogos de azar, que de acordo com o editor se alastrava pelas cidades. O vício pelos jogos, na acepção da matéria, era próprio das “raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça”, entorpecia, calejava e desvirilizava o povo, para resumir o quão prejudicial era o jogo, a matéria se encerrava com a seguinte frase: “Finalmente, [o jogo] é a lepra do vivo e o verme do cadáver” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 14/11/1934, p.1). Ou seja, a doença foi colocada em correspondência aos vermes que consomem os mortos.

O discurso conservador católico do *Pão de Santo Antônio* é evidente na condenação às condutas consideradas impróprias, tal como o jogo, mas também em relação à outras religiões, como por exemplo o espiritismo. Em matéria publicada em março de 1934, o jornal apresentava discurso extremamente ofensivo contra a prática religiosa, afirmando que era um dos males de maior perigo para coletividade e que formava ao lado da sífilis e do alcoolismo constituía a maior causa de internação nos manicômios. Foram apresentadas, inclusive, estatísticas: “Xavier de Oliveira afirma que, cerca de 90% dos enfermos que entram no hospício, frequentaram um centro espírita. Os grandes psychiatras nacionais e estrangeiros têm falado pela boca das estatísticas, a ruína que este carcoma social vem fazendo” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 04/03/1934, p.2). Não foram apresentadas fontes em relação às informações veiculadas, que hoje sabemos imprecisas, entretanto, importa-nos chamar atenção para a narrativa injuriosa em relação ao espiritismo, pois assim, chegamos ao nosso foco, a lepra. No decorrer do artigo, argumentou-se governos e médicos deveriam se empenhar em combater o espiritismo.

Numa uniformidade de idéas, todos os médicos afirmam os males produzidos pelo alto e baixo espiritismo; logo, **os governos devem cuidar mais seriamente deste problema, como está fazendo com a lepra, cocaína, etc.**

Devem os clínicos também fazer uma campanha enérgica contra esta epidemia de derretimento dos miolos, porque toda a acção espírita gira só em torno da medicina (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 04/03/1934, p.2).

No trecho citado é possível observar que a ideia seria admoestar o governo a tratar da religião espírita como problema de saúde, tal como fazia com a lepra ou a dependência química. Mas a tônica geral da matéria consistia em apresentar “o perigo” representado pelo espiritismo, nesse caso, a alusão à lepra foi realizada como forma fundamentar os argumentos, ou seja, o espiritismo seria tão perigoso quanto a lepra. A Igreja Católica no Brasil, e na América Latina, durante parte do século XX reclamava da escassez de clero e, além disso, disputava espaço não apenas com outras religiões, mas também com ideologias consideradas avessas aos valores cristãos, como o comunismo.

Até aqui apresentamos alguns exemplos de como a lepra fora representada no jornal da cidade de Diamantina, *Pão de Santo Antônio*, nos primeiros anos da década de 1930. Representação carregada de estigma, já que citada inúmeras vezes para aludir à ações e

comportamentos considerados impróprios. Mas é interessante como essas conotações negativas e estigmatizantes da lepra aparecem, muitas vezes, concomitante à pedidos de auxílio para os acometidos por ela. Nesse caso, sugerimos não haver uma contradição nessa postura do periódico, mas sim, um movimento que é, inclusive, complementar, dado que seria justamente o temor da doença que levaria as pessoas à contribuírem para assistir os enfermos. Uma assistência que protegeria os sãos do convívio com os leprosos e o consequente contágio da doença.

É necessário salientar que, até o início da década de 1930, o enfrentamento à endemia de lepra se manteve sob responsabilidade da iniciativa privada, com ênfase inclusive para as instituições católicas, através do papel das Irmandades da Misericórdia pelo Brasil, desse modo é compreensível o empenho do periódico em análise na divulgação das campanhas em prol do controle da enfermidade. Dentre as iniciativas para enfrentamento da lepra se notabilizou a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, criada oficialmente em 1926, a partir da liderança de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá congregando mulheres dos setores médios e da elite paulistana.¹¹ Tal entidade ganhou sucursais em diversos estados brasileiros, em Minas Gerais, foi fundada em 1931 a Sociedade Mineira de Assistência aos Lázaros, tendo como protagonista a dama da sociedade Eunice Weaver. Esta entidade privada teve um papel precursor na elaboração de um modelo assistencial mantido através de doações às pessoas acometidas pela doença. Em 1932, as sociedades de assistências se aglutinaram em torno da criação da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, estabelecendo uma organização central na rede de assistência.

Então, foi nesse contexto, em que o poder público ainda não havia assumido a dianteira no processo de controle da doença o que, como já sinalizamos, ocorreria paulatinamente a partir da década de 1930, foi que as Sociedades de Assistência aos Lázaros atuaram ativamente na arrecadação de fundos para cuidar dos doentes e assistir seus filhos. No *Pão de Santo Antônio* aparece regularmente nas edições analisadas as verbas e subvenções destinadas à entidade, sobretudo, pelo poder público municipal.

Dada a fundação da Sociedade Mineira de Assistência aos Lázaros em fevereiro de 1931, a edição de dezembro do referido ano, já trazia decreto municipal estabelecendo verba destinada a ela.

Decreto nº32, de 7 de dezembro de 1931.

Concede uma subvenção à Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e Campanha de defesa contra a lepra.

O Prefeito do Município de Diamantina, usando das atribuições que lhe confere o decreto estadual nº.9847, de 2 de fevereiro de 1931;

Considerando que inadiável e urgente é o combate à lepra que se desenvolve em nosso Estado;

¹¹ Outra importante sociedade fundada nesse período foi a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a SAAT. Fundada em 1932, no Rio de Janeiro, essa entidade logo se espalhou por outros estados. Com a participação de intelectuais, cientistas e políticos, essa entidade possuía forte cunho nacionalista e se inspirava nas obras do intelectual fluminense, Alberto Torres. A SAAT foi responsável pela realização das primeiras semanas ruralistas no Brasil. Esses eventos ocorreram em vários pontos do país e duravam, em média, sete dias. Durante os eventos, eram debatidas questões sobre a área rural brasileira, destacadamente, a necessidade do aumento da produção agrícola e pecuária, o combate ao êxodo rural e a insuficiente estrutura sanitária do campo que comprometia a força de trabalho. A lepra foi tema de aulas práticas e palestras em muitas semanas ruralistas (SOUZA, 2022, p. 244-267).

Considerando que humanitário é o amparo aos infelizes atacados pela horrível moléstia;

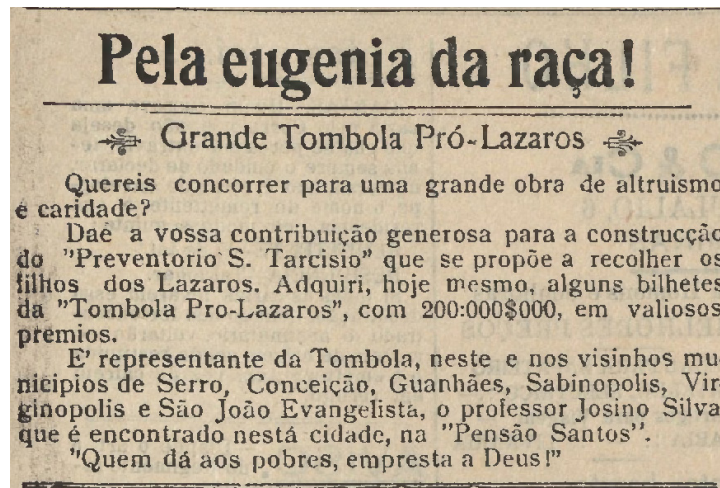
Decreta:

Art.1º - Fica a Prefeitura autorizada a conceder uma subvenção anual de 500\$000 à Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e defesa contra a lepra.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 13/12/1931, p.2).

Estabelecida a verba, as edições posteriores apresentaram valores destinados à instituição, na edição de abril de 1932, o jornal destinou uma página inteira para publicação do “Balancete da Receita e da Despesa da Prefeitura de Diamantina, do mês de março de 1932”, entre as despesas estava a doação de 500\$000 (500 mil réis)¹² à dona Inácia Ferreira Guimarães, tesoureira Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 17/04/1932, p.3). No ano seguinte, a prefeitura dobrou o valor da doação para 1.000\$000 (1 conto de réis)¹³ à instituição mineira (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 22/10/1933, p.3). Além dos valores doados pelo poder público municipal, também eram divulgadas as campanhas de arrecadação. Como a que foi noticiada na edição de outubro de 1932, cuja imagem apresentamos a seguir.

28



Fonte: Projeto Memória do Pão de Santo Antônio

Reproduzimos a imagem da nota afim de chamar atenção para a chamada, “Pela eugenia da raça” em negrito e com exclamação. Para analisar a questão, é importante destacar que a preocupação em assistir aos doentes era, antes de tudo, para proteger a população do risco do contágio. E dado o estigma que a lepra carregava, e o reforço que sua representação negativa recebia por parte da própria imprensa, como mostramos anteriormente através das alusões e analogias da doença à ações e comportamentos negativos, não é difícil entender que ela estava associada à degeneração da raça humana. Desse modo, ao se apresentar a campanha de

¹² Equivale à aproximadamente R\$61.500,00 atualmente.

¹³ Equivale à aproximadamente R\$123.000,00 atualmente.

arrecadação de fundos para construção de um preventório como obra eugênica,¹⁴ reafirma-se uma vez mais a conotação negativa atribuída à doença.

Sobre a campanha em cena, envolvendo o jogo chamado tombola, pudemos acompanhar sua continuidade, na edição de fevereiro de 1934, ou seja, quase dois anos depois, as obras do Preventório São Tarcísio estavam em curso e a Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros seguia tentando arrecadar fundos para sua conclusão. Só que, desta vez, não associaram lepra à eugenia, apenas apelavam para a solidariedade em torno da construção da instituição “para recolhimento e educação de crianças, filhas de leprosos indigentes” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 04/02/1934, p.4).

Além das campanhas promovidas pela Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros, o jornal também divulgava àquelas promovidas pela população local, como no caso da “Semana Humanitária”, promovida por um coronel do 3º Batalhão, Ezequiel Castilho, em colaboração com outro militar e o prefeito da cidade. Segundo o periódico, os três mobilizaram um grupo de mulheres para, “correspondendo aos fins da Semana Humanitária, angariarem, nesta cidade, esmolas em prol das famílias dos lázaros e dos tuberculosos, sob os auspícios da Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e defesa contra a lepra” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 12/11/1933, p.3). Ao final da nota sobre o evento, destacou-se o nome das senhoras da sociedade que atenderam ao pedido e fizeram as arrecadações para a referida “Semana Humanitária”.

O discurso em torno do humanitarismo e da solidariedade perpassava as campanhas de arrecadação como forma de mobilizar os leitores do jornal e, no caso específico do periódico, a tônica em torno do sentimento cristão ganhava destaque. Ajudar os enfermos, acometidos pelo terrível mal da lepra, pesava sobre os fiéis católicos como compromisso. Mas, de forma mais ampla, entre a fundação da primeira Sociedade de Proteção aos Lázaros, em 1926, até a criação da sucursal mineira, foi havendo uma uniformização dos discursos por meio da atuação de médicos, imprensa e iniciativa privada, afim de chamar a atenção da opinião pública e conferir visibilidade à lepra como um “flagelo nacional”. E como destacou Arruda (2021, p.81), concomitante a esses acontecimentos e “a falta de uma política pública efetiva que atendesse às necessidades de assistência aos doentes, fizeram com que as instituições privadas confessionais ou laicas formularam seus próprios modelos de assistência que conjugaram a participação do poder público e privado”. Foi justamente essa conjugação entre entidade privada e poder público que pudemos acompanhar nesses quatro anos em que detivemos nossas análises do jornal.

¹⁴ O termo eugenia foi introduzido no Brasil por Alexandre Tepedino, como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, será sob a liderança do médico paulista Renato Kehl que as iniciativas baseadas nas concepções eugênicas se concretizariam com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 25 de janeiro de 1918 (STEPAN, 2005, p.48).

Conclusão

O processo de construção social da lepra enquanto enfermidade que carecia da atenção do poder público foi paulatino, um significado estigmatizante precisou ser explorado a fim de que a sociedade e os governos decidissem investir no seu controle. Até o início do século XX a iniciativa de controlar a doença ficou a cargo do setor privado, e foi esse o foco de nossa discussão. Procuramos mostrar que o convencimento para investir na obra de assistência aos leprosos esteve ancorado na disseminação do medo em torno da doença, nesse caso, o estigma que a envolvia mostrou-se extremamente importante na composição de seu significado.

Nesse sentido, procuramos trazer evidências para sustentação do argumento de que a imprensa foi um veículo importante para difundir determinada representação da lepra. A partir de analogias e alusões a ações e comportamentos considerados censuráveis, construía-se um sentido estigmatizante para doença e os acometidos por ela. Como um mal do qual se deveria afastar, a lepra e o leproso passara a contar com a solidariedade cristã dos sãos, orientada sobretudo, por uma necessidade de mantê-los longe de si. Os jornais, foram instrumentos privilegiados nesse processo, por eles se veicularam tanto os conteúdos estigmatizantes, quanto as campanhas em prol da construção de instituições para recolhimento dos doentes¹⁵.

Portanto, a análise do *Pão de Santo Antônio* entre os anos de 1930 e 1934, nos permitiu acompanhar esse processo no universo micro da cidade de Diamantina, aonde a influência católica e a imprensa contribuíram na difusão das conotações negativas sobre a doença, quanto na mobilização dos leitores em torno da necessidade em se investir na assistência aos leprosos e seus filhos. Observamos, assim, uma parceria entre a Sociedade Mineira de Assistência aos Lázaros, o poder público municipal e a imprensa. Não encontramos nas edições analisadas registros de doações de particulares, embora, a historiografia sobre o tema aponte ter havido significativa contribuição às entidades assistenciais¹⁶. No presente artigo, quisemos trazer alguns elementos visando contribuir para a discussão mais ampla sobre o tema, a partir da leitura específica do jornal católico diamantinense.

Referências Bibliográficas

Fontes

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 29, n. 48, 25 agosto 1935, 4p.

¹⁵ Embora nesse artigo tenhamos tratado do caso específico do Pão de Santo Antônio, já analisamos outros veículos da imprensa de Minas Gerais. Cf.: CARVALHO & SOUZA, 2018.

¹⁶ Os dados sobre as verbas, bem como as campanhas da entidade podem ser acessados, principalmente no *Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra*, criado em abril de 1929 e publicado até 1936.

PÃO DE SANTO ANTONIO. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n.21, 25 fevereiro 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 24, n. 44, 01 junho 1930, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 25, n.31, 19 abril 1931, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 3, 22 outubro 1933, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 26, n.13,13 dezembro 1931, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 18, 04 fevereiro 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 27, n. 2, 09 outubro 1932, [4p].

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 25, n. 23, 22 fevereiro 1931, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 29, n. 2,14 outubro 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n.33, 20 maio 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 21 [n. 22], 04 março 1934, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 28, n. 6, 12 novembro 1933, 4p.

—————. Diamantina: Pia União [do Pão de Santo Antonio], ano 26, n. 29, 17 abril 1932, [4p].

Bibliografia

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. “Caridade? Não! Solidariedade”: Alice Tibiriçá e a Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935). Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2021.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel: História e Memória do isolamento compulsório dos doentes de lepra.** Curitiba: Ed. Prisma, 2016.

CARVALHO, Keila Auxiliadora; SOUZA, Ramon Felipe. *Imprensa e políticas de saúde pública: a contribuição dos jornais na legitimação do isolamento compulsório dos*

leprosos em Minas Gerais (1930). In.: LUMINA, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 79-98, mai./ago. 2018.

ORSINI, Olyntho. A Lepra no Brasil. In.: *Revista Medica de Minas*. Belo Horizonte, ano III, nº26, novembro de 1935. p. 5.

GOODWIN Jr. *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

PALMER, Steven. *Gênese da Saúde Global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

ROSENBERG, Charles. "Framing disease: Illness, society and history". In.: ROSENBERG, Charles. *Explaining epidemics and the other studies in the History of Medicine*. Cambridge, 1992.

STEPAN, Nancy. 'A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940'. HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, D. (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Ramon Felipe. AS SEMANAS RURALISTAS DO BRASIL: Igreja Católica e Desenvolvimento. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, v. 17, n. 30, p. 244-267, 2020.

VISCARDI, Cláudia M. R. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*, vol.18 nº. 32, Niterói, 2012.